



**ecosativa**

CONSULTORIA AMBIENTAL

# ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

ALDEIA DA ENDIABRADA, LDA



VOLUME I | RESUMO NÃO TÉCNICO  
FASE DE ESTUDO PRÉVIO

JULHO 2021

**ALDEIA DA ENDIABRADA, LDA.**



## ÍNDICE GERAL

**Volume I    Resumo Não Técnico (RNT)**

Volume II    Relatório Síntese (RS)

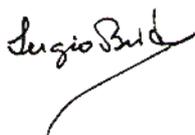
Volume III    Anexos Técnicos (AT)

Volume IV    Peças Desenhadas (PD)

Vila Nova de Milfontes, julho de 2021



Teresa Saraiva, Coordenadora do Estudo de Impacte Ambiental  
(Bióloga, Mestre em Ecologia Aplicada, Membro efetivo da OB nº 3572, Membro profissional da APAI nº 242)



Sérgio Brites, Diretor Técnico, Co-coordenador do Estudo de Impacte Ambiental  
(Geógrafo, Mestre em Hidráulica e Recursos Hídricos, Membro profissional da APAI nº 142)



## ÍNDICE

<b>1/</b>	<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>2/</b>	<b>Identificação do projeto</b> .....	<b>1</b>
<b>3/</b>	<b>Identificação do proponente e da entidade licenciadora</b> .....	<b>1</b>
<b>4/</b>	<b>Fase do projeto</b> .....	<b>1</b>
<b>5/</b>	<b>Alternativas do projeto</b> .....	<b>2</b>
<b>6/</b>	<b>Localização do projeto</b> .....	<b>2</b>
6.1/	Localização geográfica e administrativa .....	2
<b>7/</b>	<b>Objetivos e descrição do projeto</b> .....	<b>2</b>
7.1/	Objetivos.....	2
7.2/	Descrição do projeto .....	3
<b>8/</b>	<b>Caracterização do ambiente afetado pelo projeto</b> .....	<b>3</b>
<b>9/</b>	<b>Avaliação dos impactes ambientais do projeto</b> .....	<b>5</b>
9.1/	Principais impactes negativos .....	5
9.2/	Principais impactes positivos.....	6
9.3/	Avaliação dos potenciais impactes cumulativos do projeto.....	6
<b>10/</b>	<b>Medidas de minimização</b> .....	<b>7</b>
10.1/	Fase de construção .....	7
10.2/	Fase de exploração .....	8
<b>11/</b>	<b>Monitorização</b> .....	<b>8</b>
<b>12/</b>	<b>Conclusões</b> .....	<b>9</b>

Anexo      **Desenho 1 – Enquadramento geral dos elementos do projeto**



## **1/ INTRODUÇÃO**

O presente documento corresponde ao Volume I - Resumo Não Técnico (RNT) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto em Fase de Estudo Prévio da Aldeia da Endiabrada, localizada no concelho de Aljezur, distrito de Faro.

O EIA foi elaborado pela ECOSATIVA – Consultoria Ambiental Lda, entre os meses de abril de 2021 e julho de 2021.

Pretende-se com o RNT resumir os aspetos mais importantes do EIA numa linguagem acessível à generalidade dos potenciais interessados, de modo a que estes possam participar na fase de “Consulta Pública” do EIA.

Quem pretender aprofundar algum dos aspetos relativos ao estudo dos efeitos da Aldeia da Endiabrada poderá consultar o EIA que estará disponível, durante o período de consulta pública nos websites <https://apambiente.pt/> e <http://participa.pt>.

## **2/ IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

O projeto que se submete a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) refere-se a um empreendimento de turismo em espaço rural ao qual foi atribuído o nome de Aldeia da Endiabrada, no concelho de Aljezur.

O empreendimento turístico irá englobar a utilização de instalações existentes num total de 314 m<sup>2</sup> e a construção de 1 139 m<sup>2</sup> destinados a turismo e instalações de apoio, totalizando posteriormente 23 unidades de alojamento e 46 camas (total de 1 865 m<sup>2</sup>).

## **3/ IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DA ENTIDADE LICENCIADORA**

O Promotor do Projeto é a empresa Aldeia da Endiabrada, Lda. que, por sua vez, adjudicou à empresa ECOSATIVA – Consultoria Ambiental Lda., a elaboração do presente estudo, tendo-se verificado a necessidade de sujeição a processo de AIA (Avaliação de Impacte Ambiental), de acordo com o disposto no artigo 1º, n.º 3, alínea b), i) do Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação (Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro).

A entidade licenciadora é a Câmara Municipal de Aljezur, responsável pela instrução do Processo de Tramitação do Estudo de Impacte Ambiental.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve é a entidade competente para assumir a responsabilidade sobre o processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

## **4/ FASE DO PROJETO**

O desenvolvimento do projeto é equiparável a uma fase de Estudo Prévio.

## 5/ ALTERNATIVAS DO PROJETO

Não foram apresentadas soluções alternativas à construção do empreendimento ou à sua localização. Contudo, na fase de seleção da área pelo promotor do projeto foi tido em consideração o afastamento de áreas de interesse conservacionista e áreas sujeitas a condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública.

## 6/ LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

### 6.1/ LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ADMINISTRATIVA

O projeto da Aldeia da Endiabrada, cujo desenvolvimento atual corresponde a uma Fase de Estudo Prévio, está localizada na freguesia da Bordeira, no concelho de Aljezur, distrito de Faro.

No **Desenho 1** apresenta-se o enquadramento geral de todo o projeto, incluindo a localização administrativa.

O projeto localiza-se na folha 593 da Carta Militar de Portugal (série M888, à escala 1:25 000).

A área de estudo está inserida na totalidade em Rede Natura 2000, nomeadamente na Zona Especial de Conservação Costa Sudoeste (PTCON0012).

Relativamente à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), o projeto localiza-se na NUTS III – Algarve e na NUTS II – Algarve.

## 7/ OBJETIVOS E DESCRIÇÃO DO PROJETO

### 7.1/ OBJETIVOS

A empresa promotora do presente projeto (Aldeia da Endiabrada, Lda) pretende criar um empreendimento de turismo em espaço rural.

A Aldeia da Endiabrada consiste num projeto de recuperação de uma floresta autóctone onde há 20 anos foi realizado um florestamento de monocultura de eucalipto e de uma aldeia típica da costa vicentina que dela fazia parte estrutural. Com vista a recuperar o florestamento autóctone e a aldeia em si, este projeto pretende reabilitar, em simultâneo, o património cultural e natural da região.

A opção pelo turismo no espaço rural, na sua vertente de casas de campo, permite recuperar a arquitetura típica local, o seu ambiente e paisagem rural, ligando os mesmos às estruturas sociais tradicionais, nomeadamente conservando os valores, modos de vida e património cultural. A sustentabilidade da Aldeia da Endiabrada estará ligada tanto ao facto de garantir a manutenção das características rurais da região, através da utilização dos recursos locais, como ao facto de se tratar de um projeto diferenciador no que diz respeito à regeneração da natureza autóctone. Com efeito, a Aldeia da Endiabrada terá na floresta, um dos seus aspetos mais diferenciadores e centrais, quer no que diz respeito à sua recuperação, como ao seu respeito e proteção.

## 7.2/ DESCRIÇÃO DO PROJETO

Uma intervenção deste carácter, definida essencialmente pelo seu cariz de sustentabilidade, enfoca a sua ênfase na complementaridade entre os enquadramentos paisagísticos e as ações de preservação do carácter rural de novas construções, tendo como suporte físico as ruínas existentes do Monte Endiabrada.

A localização dos elementos do projeto consta no **Desenho 1**.

O conceito de “sustentabilidade” é reflexo da composição Arquitetónica, dos sistemas construtivos propostos, e respetivas infraestruturas, nomeadamente através da utilização integrada da energia solar e eólica, a gestão equilibrada do uso da água e a proposta de tratamento de esgotos através de plantas.

A ideia primordial é modelar o espaço aos enquadramentos naturais utilizando elementos sintéticos de uma linguagem tão simples e vigorosa paredes brancas caiadas, chaminés, estrutura das coberturas em madeira, pátios, mirantes, coberturas verdes, superfícies de telha e pérgolas.

Neste contexto, a presente projeto visa a reorganização do conjunto de edificações que formam este Monte, em torno do início do Vale da Endiabrada.

Nesta perspetiva, destaca-se uma ruína, uma arrecadação agrícola – antiga vacaria, em virtude da sua localização a Poente, em relação às restantes edificações existentes, não pertencentes na totalidade à propriedade em estudo.

A sua implantação caracteriza-se por um socalco sobre o Vale, na sua vertente Norte e Poente, o que vem potenciar a zona de ampliação proposta em torno de um anfiteatro natural que envolve o início deste Vale, proporcionando a utilização de uma encosta de exposição solar Sul, que bordeja um pequeno bosque mediterrânico.

As restantes ruínas são integradas no programa apresentado, nomeadamente a habitação 1 é integrada um pequeno centro de atividades locais, o pocilgo 1 e 2 são integrados no mirante do acesso, como zona de estadia e um pequeno tanque. O pocilgo 3 é proposta a sua demolição, visto tratar-se de uma construção recente em blocos de betão.

Neste contexto, este Empreendimento Turístico é constituído pelo Monte com seis unidades de alojamento, um mirante de acesso, uma piscina biológica/Hamam, localizada no início do Vale e um conjunto de dezassete unidades de alojamento anexas, que se organizam no anfiteatro do vale e junto à orla do bosque.

As tipologias das unidades de alojamento turístico propostas são constituídas por quartos e *suites*, agrupadas de diferentes formas, proporcionando alojamentos diferenciados quer individuais, quer para famílias ou grupos de amigos.

Os caminhos internos deste empreendimento, assentam sobre os caminhos pré-existentes, com exceção do caminho de acesso às unidades de alojamento anexas, onde é proposto um novo caminho paralelo ao existente, de forma a manter o uso do antigo caminho que serve de acesso a outras propriedades vizinhas. Neste sentido, é proposto um caminho rural em *tout-venant* que define os acessos Norte deste empreendimento, deixando uma pequena faixa verde de proteção a poeiras.

## 8/ CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE AFETADO PELO PROJETO

Em termos de **ordenamento do território**, verifica-se um impacto positivo ao nível do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, uma vez que este tem como um dos objetivos “qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer”. Por outro lado, verificam-

se impactes negativos, embora pouco significativos, ao nível da Rede Natura 2000 e do domínio público hídrico.

Em relação ao **clima**, salientando aspetos mais relevantes dos regimes térmico e pluviométrico, verifica-se, como é de esperar, que os valores de temperatura média do ar mais elevados ocorrem em julho e agosto, sendo estes também os meses mais secos, com precipitação inferior a 5 mm. Dezembro, janeiro e fevereiro são os meses em que a temperatura média é mais baixa (inferior a 13 °C), enquanto os valores de precipitação mais elevados ocorrem nos meses de outubro a fevereiro, sendo superiores a 74 mm. Os valores médios anuais de precipitação atingem os 704,2 mm, sendo os quantitativos mensais superiores a 50 mm de outubro a abril.

Para as **alterações climáticas** importa referir que o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030) é o principal instrumento para a estratégia climática para o período temporal de 2021-2030. A nível regional destaca para o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve (PIAAC), de acordo com este documento, a região do algarve encontra-se exposta a diversas vulnerabilidades climáticas, que serão potencialmente agravadas num contexto de alterações climáticas. Para a região do algarve, é previsível uma diminuição precipitação média acumulada longo do século XXI, com um aumento do número de meses de seca. Prevê-se ainda o aumento da duração de ondas de calor, aumento dos fenómenos de temperaturas altas, assim como a sua duração.

Quanto à **qualidade do ar** na área de estudo, verifica-se que na zona envolvente não se encontram fontes de poluição atmosférica consideradas relevantes. Assim, considera-se que, o tráfego rodoviário regional, e o tráfego fora da estrada, são as atividades causadoras de poluição mais relevantes no concelho. Estas atividades são responsáveis pela emissão de contaminantes resultantes principalmente da queima de combustíveis fósseis, resultando num aumento da concentração de poluentes como dióxido de carbono. A área de intervenção é enquadrada no âmbito da Rede de Qualidade do Ar do Algarve (Aglomeração Sul), gerida pela CCDR Algarve, pelas estações de Joaquim Magalhães, Malpique e David Neto. Os dados utilizados neste estudo correspondem aos mais recentes dados validados obtidos para as estações de Malpique e David Neto relativos ao período 2015-2019.

Relativamente aos **recursos hídricos**, refira-se que, na área da propriedade, tem origem uma linha de água de regime temporário que é subafluente da ribeira da Bordeira. Esta ribeira conflui com a ribeira da Carrapateira próximo desta localidade. OS recursos de águas subterrâneas são escassos, sobretudo pela presença de substrato de xisto que não potencia a criação de reservas de água subterrânea com significado. O abastecimento público da aldeia da Bordeira é garantido pela empresa Águas do Algarve, com origem em importantes albufeiras da região. Em habitações isoladas em meio rural existe recurso a furos e poços.

Foram efetuadas medições do **ambiente sonoro** junto de uma habitação próxima da propriedade e junto do próprio Monte da Endiabrada, atualmente desabitada, tendo-se verificado em ambos os casos que ambiente sonoro é pouco perturbado, sendo as principais fontes de ruído naturais, como é típico de meio rural pouco humanizado.

Em termos de **biodiversidade**, a vegetação natural da área de estudo encontra-se bastante perturbada pelos trabalhos de reconversão do povoamento florestal de eucalipto num povoamento misto de sobreiros e medronheiros. É possível observar uma forte presença de espécies ruderais, indicadoras de perturbação do solo, tais como a *Dittrichia viscosa*, assim como fragmentos dispersos do sobcoberto pré-existente de *Ramnus alaternos*, *Quercus coccifera*, entre outras espécies. Algumas das zonas caracterizadas anteriormente já se encontram em recuperação, contudo, outras (como a zona das acácias) continuam a degradar-se. Em termos de ocupação, a área de matos e charnecas secas ocupa a maior mancha da área de estudo, com 5,42 ha, seguido pelas florestas mistas de eucalipto e sobreiro com matos mediterrâneos (2,11 ha) e matos baixos e afloramentos rochosos (1,93 ha).

Para a fauna, pela compilação de dados de amostragem e levantamentos bibliográficos, considera-se possível a presença de 77 espécies de aves, 29 espécies de mamíferos, 11 espécies de répteis e 11 espécies de anfíbios, alguns dos quais com interesse conservacionista. Destaca-se particularmente que a área de estudo é abrangida pelo território de um casal de águia-de-Bonelli, uma espécie classificada como Em Perigo, que nidifica nas proximidades e que muito provavelmente ocorrem regularmente e nidificam na área ou na sua envolvente.

Quanto à **geologia**, a área da propriedade insere-se em terrenos fundamentalmente de natureza xistenta. Os **solos** são geralmente

pouco desenvolvidos e com reduzida aptidão agrícola, apresentando vocação para uso florestal de proteção ou de recuperação.

Quanto ao **uso e ocupação do solo**, a área do projeto integra essencialmente floresta de eucalipto e pastagens melhoradas.

Quanto aos **aspectos socioeconómicos**, este empreendimento localiza-se numa zona rural do concelho de Aljezur, no qual em havido um decréscimo populacional superior ao verificado ao nível da região, sendo acentuado o envelhecimento da população. O emprego local, ao nível do concelho e da freguesia da Bordeira é sobretudo na área do comércio e serviços (setor terciário), que representa mais de dois terços da população ativa. O setor do alojamento, restauração e similares é o mais relevante na estrutura empresarial do concelho de Aljezur, não obstante este concelho se enquadrar entre as últimas posições no que se refere ao peso da atividade turística entre os concelhos de Algarve.

Em relação ao **património cultural**, a única ocorrência de interesse identificada é o próprio Monte da Endiabrada, considerando-se um valor patrimonial médio.

Relativamente à **paisagem**, o projeto enquadra-se na transição entre a Unidade de Paisagem “Litoral Alentejano e Vicentino” e “Serra de Monchique e envolventes”. A qualidade da paisagem é elevada, tratando-se de uma paisagem de feição rural em presença, na qual prevalecem áreas de características naturais e seminaturais, e na qual a apropriação humana respeitou, de um modo geral, as condições biofísicas do território. Dada a fraca presença humana e a reduzida amplitude visual dos observadores presentes no território para a área de intervenção, considera-se que a sensibilidade visual da paisagem é tendencialmente moderada.

Relativamente a aspetos de **saúde humana** não se identifica, na área de estudo, a ocorrência de determinantes de saúde desfavoráveis, não havendo também aspetos particulares a destacar em relação ao perfil de saúde local. De salientar que, o tanque de recolha e armazenamento de águas pluviais funcionará em ambiente fechado, tornando-se deste modo, dissociado à proliferação de mosquitos vetores de doenças transmitidas por vetores.

## 9/ AVALIAÇÃO DOS IMPACTES AMBIENTAIS DO PROJETO

### 9.1/ PRINCIPAIS IMPACTES NEGATIVOS

Os principais efeitos negativos identificados são criados na **fase de construção**, em resultado das intervenções de obra previstas, sendo alguns de natureza temporária, enquanto outros têm efeitos que permanecem na fase de exploração. No geral trata-se de impactes que podem ser minimizados pela adoção de medidas adequadas. Para a globalidade do projeto salientam-se os seguintes impactes:

- Afetação temporária da qualidade do ar durante as obras, sobretudo devido à presença de poeiras na atmosfera;
- Destruição do coberto vegetal na sequência de operações de desmatamento;
- Perda ou alteração de habitat para espécies de fauna;
- Mortalidade de fauna, particularmente de espécies de vertebrados de mobilidade reduzida;
- Acréscimo temporário dos níveis de ruído ambiente devido às atividades construtivas;
- Afetação da paisagem, devido à alteração do terreno, introdução de elementos estranhos, corte de vegetação e transformação do uso e aspeto do solo.

Na **fase de exploração** permanecem os efeitos negativos, prováveis e não temporários criados na fase anterior, sendo de destacar:

- Emissão de GEE e partículas devido ao tráfego gerado e funcionamento de máquinas e equipamentos;
- Afetação da paisagem, por via de um efeito de intrusão visual pela introdução de novos edifícios;
- Instalação de novos focos de espécies vegetais exóticas invasoras na via de acesso ao empreendimento.

## 9.2/ PRINCIPAIS IMPACTES POSITIVOS

Na **fase de construção** ocorrem alguns efeitos positivos temporários relacionados com:

- Sustentação de emprego para os trabalhadores da obra;
- Aumento de procura no comércio local, designadamente bens de consumo para alimentação dos trabalhadores e materiais de construção e um ligeiro acréscimo de procura no setor do alojamento e restauração.

Na **fase de exploração** ocorrem efeitos positivos permanentes relacionados com:

- Qualificação e diversificação do *cluster* turismo-lazer;
- Controlo de espécies exóticas e invasoras;
- Aumento de prevenção de fogos florestais;
- A implementação do projeto contribui para viabilizar a continuidade do processo de regeneração ecológica que foi iniciado, e a recuperação do edificado existente, contribuindo assim para a valorização da paisagem;
- Oportunidade, por parte dos hóspedes, de uma experiência promotora de hábitos de vida saudáveis e de bem estar físico e mental.

## 9.3/ AVALIAÇÃO DOS POTENCIAIS IMPACTES CUMULATIVOS DO PROJETO

Referem-se, neste ponto, impactes resultantes da agregação de efeitos ambientais entre o projeto em apreço e outras atividades ou intervenções existentes ou previstas, que se apresentem mais relevantes do que quando considerados separadamente para cada atividade ou intervenção.

Considera-se, nesta perspetiva, uma inversão da visão habitual de identificação e avaliação de impactes, deixando estes de serem perspetivados na ótica dos fatores ambientais e passando a ser observados na ótica dos recursos ambientais do território.

No presente caso tem particular interesse considerar efeitos conjugados com outros empreendimentos turísticos existentes e previstos, tendo-se como referência o território da freguesia da Bordeira.

Com base na informação disponibilizada no SIGTUR relativa à localização dos empreendimentos turísticos existentes e previstos nesta freguesia, permite ter a perceção de que o empreendimento turístico da Aldeia da Endiabrada será o maior da freguesia da Bordeira em termos de número de camas, com uma capacidade de 46, quando os restantes 7 empreendimentos turísticos (5 existentes e 2 propostos) associam um número de camas variável entre 10 e 26.

Assim verifica-se que, admitindo um cenário futuro de 8 empreendimentos turísticos em exploração na freguesia da Bordeira, a capacidade de alojamento deste cluster será de 164 camas, sendo que o empreendimento turístico da Aldeia da Endiabrada representa, neste contexto, 28% do total da oferta. Referido de outra forma, e admitindo-se a entrada em funcionamento do projeto em apreço, estando outros 7 em funcionamento, tal representará um acréscimo da oferta da freguesia em 39%.

Observa-se assim que, à escala da freguesia, é importante o efeito cumulativo dos diferentes empreendimentos turísticos e que o projeto da Aldeia da Endiabrada terá uma contribuição relevante no conjunto da oferta turística. Especificidades na filosofia e design deste empreendimento, bem como o facto de ser aquele que está mais próximo sede de freguesia (que tem perdido importância relativamente a outras áreas da freguesia), constituem uma mais valia acrescida em termos socioeconómicos.

Considerando apenas a envolvente imediata da aldeia da Bordeira, a Aldeia da Endiabrada contribui com efeitos cumulativos positivos para algum do comércio local neste aglomerado, sobretudo com um conjunto de alojamentos locais existentes na proximidade (72

camas em 11 unidades de alojamento), representando a Endiabrada, pela sua capacidade, um potencial papel de relevo.

Para além da dimensão socioeconómica outros efeitos cumulativos se podem considerar, salientando-se a dimensão da paisagem.

Neste contexto, há que salientar que a relativa dispersão espacial dos diferentes empreendimentos turísticos pelo território da freguesia se pode considerar benéfica em termos paisagísticos, contribuindo para uma melhor assimilação dos mesmos no contexto biofísico e sociocultural envolvente, sem a criação de áreas de concentração turística desligadas do resto do território.

Os impactes cumulativos a nível da paisagem estão relacionados com a crescente artificialização do território e com a introdução de elementos exógenos, determinando intrusões visuais negativas. Na área de influência visual do projeto identifica-se, além dos restantes 7 empreendimentos turísticos referenciados (existentes e propostos) diversos pequenos alojamentos locais. Tanto os empreendimentos turísticos como, sobretudo os alojamentos locais, aproveitam geralmente casas rurais preexistentes, sendo esta uma tendência da exploração turística desta região. Estas estruturas de apoio à atividade humana, mesmo que um pouco ampliadas, não se evidenciam pela artificialização do território nem pela intrusão visual negativa, encontrando-se integradas na paisagem e contribuindo para a sua identidade, considerando-se desta forma que, embora o projeto em estudo se assuma como o maior empreendimento na freguesia, os eventuais impactes cumulativos na paisagem serão pouco significativos.

## 10/ MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Para a minimização dos efeitos negativos resultantes da construção e exploração da Aldeia da Endiabrada no ambiente, é necessário um acompanhamento ambiental rigoroso, especialmente durante a fase de construção, mas também para a fase de exploração, de forma a assegurar a adequada implementação das medidas de minimização propostas no EIA.

São de destacar as seguintes medidas incluídas no EIA:

### 10.1/ FASE DE CONSTRUÇÃO

- Assegurar que são selecionados os métodos construtivos e os equipamentos que originem o menor ruído possível;
- Garantir que as operações mais ruidosas que se efetuam na proximidade de habitações se restringem ao período diurno e nos dias úteis, de acordo com a legislação em vigor;
- Procura preferencial do mercado local para o recrutamento de mão-de-obra e do fornecimento de produtos e serviços no comércio local, quando viável;
- Assegurar que os caminhos ou acessos nas imediações da área do Projeto não fiquem obstruídos ou em más condições, possibilitando a sua normal utilização por parte da população local;
- Devem ser adotadas soluções estruturais e construtivas dos órgãos e edifícios, e instalação de sistemas de insonorização dos equipamentos e/ou edifícios que alberguem os equipamentos mais ruidosos, de modo a garantir o cumprimento dos limites estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído;
- Execução dos trabalhos que envolvam movimentações de terras de forma a minimizar a exposição dos solos em períodos de maior pluviosidade, de modo a mitigar o destacamento de partículas de solo e o transporte sólido;
- Procura preferencial do mercado local para o recrutamento de mão-de-obra e do fornecimento de produtos e serviços no comércio local, quando viável;
- Assegurar a reposição e/ou substituição de eventuais infraestruturas, equipamentos e/ou serviços existentes nas zonas em obra e áreas adjacentes, que sejam eventualmente afetadas no decurso da obra;
- Reparação do pavimento eventualmente danificado nas estradas e caminhos utilizados nos percursos de acesso durante a construção;

- Alterar o menos possível toda a região circundante, limitando a perturbação apenas aos locais em que tal é estritamente necessário;
- Limitar o corte de vegetação às zonas estritamente necessárias, recorrendo para isso a vedações fixas e móveis (sempre temporária), métodos de demarcação através de fitas ou sinalização adequada ao efeito;
- Se possível, não realizar trabalhos noturnos, de forma a minimizar perturbação sobre a fauna (época de reprodução de anfíbios em que apresentam elevada movimentação noturna e que ocorre quer na primavera, quer no outono, assim como de aves e mamíferos de maior porte mais sensíveis a este tipo de perturbação);
- A construção do projeto terá que ter acompanhamento arqueológico permanente e presencial durante as operações que impliquem movimentações de terras (desmatações, escavações, terraplenagens, depósitos e empréstimos de inertes), quer estas sejam feitas em fase de construção, quer nas fases preparatórias, como a desmatção;
- Realização de sondagens arqueológicas manuais, no caso de se encontrarem contextos habitacionais ou funerários, durante o acompanhamento arqueológico;
- Deve ser promovida a valorização das áreas adjacentes ao projeto de forma a minimizar a perda do potencial para sequestro de carbono devido à presença do empreendimento.

## 10.2/ FASE DE EXPLORAÇÃO

- Divulgação do produto turístico “Aldeia da Endiabrada”, dando ênfase à especificidade da história do espaço e das experiências que propicia e dos aspetos que tornam único este empreendimento;
- Articulação da exploração turística com entidades locais e regionais no âmbito da conservação da natureza, de modo a promover o conhecimento dos valores ambientais da região e os objetivos de sustentabilidade do projeto, aliciando os hóspedes a participarem em percursos pedestres interpretativos (dirigidos para ecologia, geologia, etc.), participação em ações de limpeza de praias, etc.;
- Articulação da exploração turística com a comunidade local, procurando fornecimento de bens produzidos localmente e aliciando os hóspedes a explorarem a aldeia da Bordeira e outros locais na proximidade, incluindo a praia da Bordeira (deslocando-se preferencialmente pé ou de bicicleta);
- Implementação de medidas que promovam o controlo de espécies de flora exóticas e invasoras;
- Manter a iluminação exterior no mínimo possível, respeitando, contudo, a legislação aplicável;
- Adoção de elementos moderadores de velocidade e de sinalização específica, nas vias internas e de acesso do empreendimento;
- Proceder à valorização ecológica dos espaços verdes, através do reforço do coberto vegetal na área do projeto e na sua envolvente, de forma a promover o potencial para sequestro de carbono.

## 11/ MONITORIZAÇÃO

Entende-se que carecem de **plano de monitorização** as situações cujos efeitos sejam negativos e potencialmente significativos para o meio ambiente, que necessitem de verificação posterior da sua magnitude, em função da qual se possam vir a adotar medidas de mitigação ajustadas.

No presente caso, em função da avaliação realizada nos diversos descritores ambientais, propõe-se que, quanto ao **ambiente sonoro**, apenas se considera a necessidade monitorizar o ruído em caso de existirem queixas resultantes dos processos construtivos ou do funcionamento do Projeto.

## 12/ CONCLUSÕES

O presente Estudo de Impacte Ambiental foi desenvolvido em conformidade com a legislação atual em vigor relativa ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, nomeadamente o Decreto-Lei (DL) n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado pelo DL n.º 47/2014, de 24 de março, pelo DL n.º 179/2015, de 27 de agosto, pela Lei n.º 37/2017, de 2 de junho e pelo DL n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro.

A realização do EIA envolveu uma equipa multidisciplinar, tendo-se baseado em levantamentos de campo e em pesquisa documental. O período de realização do estudo decorreu entre abril e julho de 2021.

O Aldeamento Turístico da Endiabrada, pela sua localização e características vem contribuir, de forma relevante para fomentar uma forma de turismo ambientalmente responsável e sustentável, apresentando a dupla vantagem de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de uma área que, a nível regional, se encontra em posição desfavorável enquanto, por outro lado, constitui o enquadramento adequado para a viabilização do processo de regeneração ambiental em curso que atualmente não está ainda suficientemente consolidado, sendo o combate à proliferação de exóticas e uma evolução para um processo de degradação dos solos e desertificação, uma ameaça permanente.

Num território com estas características, a continuidade da presença humana, desde que de forma sustentável é com baixa densidade, é fundamental para a inversão de processos de estagnação socioeconómica e degradação ambiental. Entende-se assim que a recuperação da Aldeia da Endiabrada para fins turísticos, aliada e uma persistente preocupação em regenerar a componente biofísica na propriedade onde se insere, a qual permite viabilizar, se apresenta como um projeto que vai ao encontro das aptidões e necessidades deste território.

Na fase de construção alguns dos impactes esperados são negativos, mas geralmente temporários, de reduzida magnitude e significado, sendo mitigáveis e, em parte, reversíveis. Neste contexto referem-se impactes pontuais ao nível dos solos e recursos hídricos, bem como no referente à aspetos de paisagem, biodiversidade e também de qualidade do ar, ruído, apresentando estes um significado muito reduzido pela ausência de recetores sensíveis na proximidade, o que associa também a impactes tendencialmente insignificantes em termos de incomodidade nas populações locais e, no caso dos dois últimos, em relação à afetação negativa da saúde humana. Os impactes mais permanentes estarão ao nível do ordenamento do território, devido à afetação de áreas de Rede Natura 200 (ZEC Costa Sudoeste) e de domínio público hídrico. Ao nível da afetação de habitats da RN2000, não se verificaram impactes relevantes, já que apenas irá ocorrer sobreposição do projeto com habitats degradados, nomeadamente os habitats 4030pt5, 5330pt3 e 5330pt6. Dos habitats constantes na cartografia do PSRN2000, não foram identificados na área de estudo os habitats 6310 – Montados de *Quercus spp.* e 9260 – Florestas de *Castanea sativa*. Note-se que é intenção do promotor, criar condições para a expansão dos habitats detetados que se encontram em estado de degradação, nomeadamente o 9330 – Florestas de *Quercus suber*.

Quanto ao uso do solo, prevê-se a modificação de 1,21 hectares durante a fase de construção que correspondem, na sua quase totalidade, a pastagens melhoradas.

Por outro lado, são de esperar também impactes positivos nesta fase, sobretudo pelas oportunidades de emprego criadas e de estímulo à atividade económica. Para além disto, em termos de ordenamento do território, este projeto contribuirá positivamente para qualificar e diversificar o *cluster* turismo/lazer.

No entanto, é na fase de exploração que se manifestam os principais impactes positivos, assumindo-se geralmente como permanentes e como significado variável entre pouco a muito significativo.

Durante esta fase, verificar-se-á o controlo de exóticas e invasoras e o aumento de prevenção de fogos florestais, impactes positivos e considerados significativos e muito significativos, respetivamente, pelo papel que desempenham no local de implementação.

São de relevar os impactes socioeconómicos associados com a criação de emprego direto e indireto e o contributo para o desenvolvimento de uma forma de turismo de natureza que tira partido das potencialidades do território e que é promotora de lazer e bem-estar físico e mental.

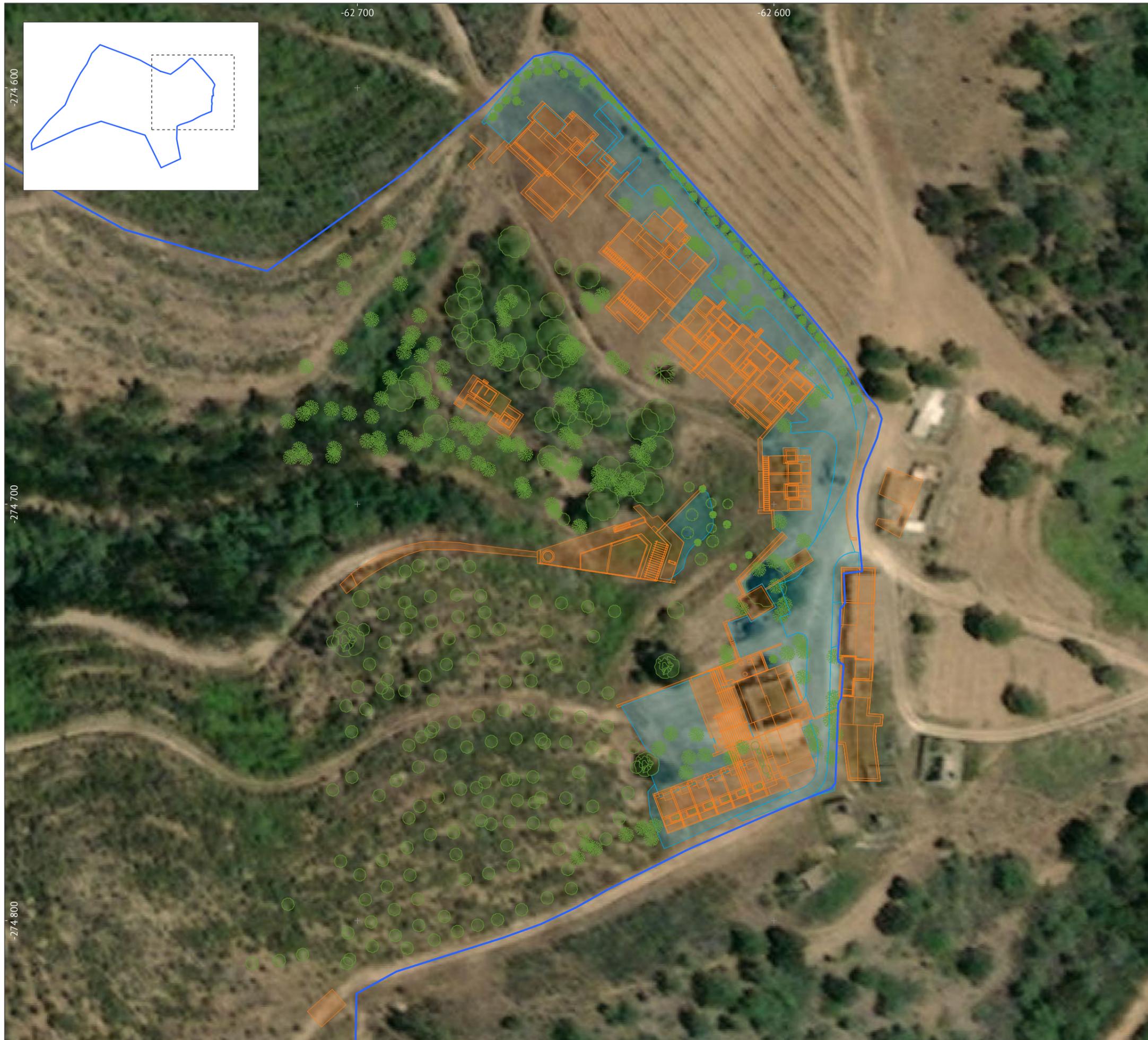
Relativamente à paisagem, verifica-se que o projeto ao prever a reabilitação de uma mancha edificada abandonada, a aldeia da Endiabrada, e a reabilitação/regeneração da vegetação natural nos limites da propriedade, atualmente degradada, representa um impacte visual e estrutural positivo muito significativo, ao regenerar uma parte do território atualmente tendencialmente degradado.

Em relação a impactes negativos na fase de exploração, estes são de um modo geral pouco significativos, havendo a referir algum efeito de intrusão visual associado ao novo edificado previsto, a alteração de biótopos para a fauna, o efeito de exclusão provocado, assim como os danos nos ecossistemas induzidos por substâncias químicas e maior movimentação de veículos e máquinas, que poderá provocar um aumento da mortalidade e ferimento na fauna existente. No entanto, estes impactes na biodiversidade podem ter uma probabilidade de ocorrência menor e, consequentemente, uma magnitude mais reduzida ao serem aplicadas as medidas de minimização propostas.

Face ao exposto conclui-se que, comparativamente, os impactes positivos têm maior significado, sendo mais abrangentes e definitivos, considerando-se como mais relevantes. Por outro lado, não se identificam impactes negativos que pela sua gravidade comprometam ou condicionem fortemente o projeto.

## **ANEXO 1**

### Enquadramento geral



### Enquadramento geográfico

Carta Militar de Portugal  
(1 : 25 000 - Série M888)



### Legenda

Limites da propriedade

Elementos do projeto:

Construção

Paisagismo

Vegetação

Service Layer Credits: Source: Esri, Maxar, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, and the GIS User Community

### Ficha técnica

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL ALDEIA DA ENDIABRADA		
Referência: Desenho 1 - Elementos do projeto		
Data: Jul. 2021	Sistema de referência: ETRS89   PT-TM06	Escala: 1 : 900

Elaborado por:

